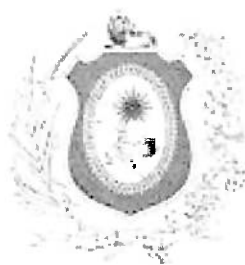


REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

No dia 17 de julho de 2025, às 14h30min, no formato híbrido, teve início a Reunião Unificada dos Conselhos Estaduais de Pernambuco - Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural - **CEPPC**; Conselho de Política Cultural - **CEPC** e o Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco - **CCAUPÉ**. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares **CEPC**: **Rafael Farias Almeida; Augusto Ferrer de Castro Melo; Nivaldo Jorge Machado; Fernando Pereira; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Carlos Eduardo Sales de Melo; Ana Paula Santana; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Adailton José da Silva; Roberto Gercino; Wilyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Felipe Moura; Josenildo Sinésio; Rennan Mendes dos Santos.** Conselheiras (os) Suplentes **CEPC**: **Lana Monteiro; Karla Regina do Monte Oliveira.** Conselheiros(as) Titulares **CEPPC**: **Augusto Ferrer de Castro Melo; Francisco Sidney Rocha de Oliveira; Cláudio Brandão de Oliveira; Elinildo Marinho de Lima; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira.** Conselheiras (os) Suplentes **CEPPC**: **Ana Paula Nebl Jardim; Cristiane Feitosa Cordeiro do Souza; Edmilson Cordeiro dos Santos; Henrique Luiz de Lucena Moura; Mickael de Azevedo Barbosa.** Conselheiros(as) Titulares **CCAUPÉ**: **Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano; Maria Samara de Almeida; Clarice Andrade; Cynthia Falcão; Maurício Corrêa da Silva; Alexandre Soares; Paulo Ricardo.** Conselheiras (os) Suplentes **CCAUPÉ**: **André Pina.** **PAUTA:** 01. Apresentação da SECULT/PE sobre a PNAB (ciclo 02), elaboração do PAR. **Rafael Farias** deu início à reunião do dia 17 de julho de 2025, saudando a todos os presentes, tanto presencialmente quanto online. Destacou a presença dos outros dois conselhos estaduais de Pernambuco, o que considerou uma honra, e agradeceu nominalmente a Harlan Gadêlha e Cynthia, representando o Conselho de Audiovisual. Ressaltou a importância da pauta do dia, a PNAB, e informou que antes de iniciar os debates, traria dois informes. O primeiro informe foi sobre a eleição do CEPC. Relatou que, pela manhã, esteve reunido com a secretária executiva Yasmim, Irene Veiga (do Mapa Cultural) e Igor (da Casa dos Conselhos), tratando da parte operacional e dos prazos do processo eleitoral. Informou que, devido à urgência, o cronograma será compartilhado no grupo dos 80 conselheiros para aprovação rápida, evitando novas reuniões e garantindo cumprimento dos prazos regimentais. Disse que a participação de membros do CEPC na comissão eleitoral é fundamental e, por isso, estendeu o prazo para manifestação até a segunda-feira seguinte. Caso não haja representantes da sociedade civil interessados, solicitou que a secretaria executiva e a equipe técnica conduzam o processo, lamentando a possível ausência do conselho nesse papel fiscalizador. Em seguida, Nivaldo Jorge questionou se a comissão eleitoral trataria apenas da eleição dos conselheiros. Rafael respondeu que a comissão será responsável





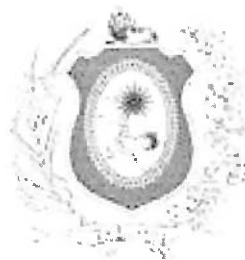
REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

pelas duas frentes eleitorais simultaneamente, explicando que os detalhes serão compartilhados no grupo para validação, incluindo quem será candidato e quem será votante. Finalizou saudando toda a equipe da Secretaria de Cultura presentes na reunião e passou a palavra para Yasmim, a quem reconheceu como figura importante na construção do conselho, ressaltando sua relevância independentemente de estar na sociedade civil ou no governo. **Yasmim Neves** saudou os conselheiros presentes, cumprimentando Mãe Beth de Oxum em nome de todos e, Wanessa Santos em nome de sua equipe. Destacou o compromisso da equipe, preparada para anotar todas as contribuições dos conselheiros, com o objetivo de conduzir o Ciclo 2 da PNAB de forma exitosa, respeitosa e transparente, conforme a demanda do estado de Pernambuco. Ressaltou que esse é o papel do governo: executar a política pública pelas vias possíveis, de forma real. Yasmim explicou que, desde o período de transição, já havia destacado à equipe a importância de a nova gestão atentar para os desafios do Sistema Estadual de Cultura e do Conselho, bem como para a construção de políticas públicas de forma transversal. Segundo ela, essa perspectiva foi assumida por todos desde o início. Informou que, após reuniões com a equipe, o secretário e a presidência da Fundarpe, foi definido que a PNAB seria conduzida pela Secretaria Executiva de Cultura, em articulação com os conselhos. Reiterou que o objetivo principal era estruturar um processo transparente, com clareza nos papéis e nas tarefas. Destacou a relevância de se iniciar pelo diagnóstico das políticas existentes e, por isso, desde maio, foi solicitado apoio à Casa dos Conselhos para consolidação das informações. Após amplo diálogo com a área técnica da Fundarpe, foram definidas quatro frentes de atuação: memória e patrimônio; artes e expressões culturais; cultura popular e identidades tradicionais; e gestão da política cultural. Yasmim explicou que a escolha por essas frentes se baseou nas estruturas já existentes nos editais, linhas de fomento e nas áreas onde o conselho já atua. Ressaltou que a lógica adotada foi a de somar esforços e não excluir propostas em andamento. **PNAB – Ciclo 2:** Pernambuco aderiu ao Ciclo 2 da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) em 14 de abril de 2025. Em 19 de maio, foi realizada uma reunião com o CEPC para avaliação do Ciclo 1, resultando em um documento com 42 itens de melhorias e sugestões. Na sequência, foram apresentados os recortes e temas a serem executados no Ciclo 2, com solicitação de devolutiva dos conselhos até o dia 24 de julho de 2025. **Orçamento:** O valor total destinado a Pernambuco para a PNAB é de R\$ 74 milhões, sendo R\$ 14 milhões destinados aos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs da Cultura) e R\$ 59 milhões para ações gerais. Os municípios pernambucanos receberam, ao todo, R\$ 68 milhões. **Distribuição dos Recursos:** 20% para os CEUs da Cultura; 65% para ações gerais; 10% para a Política Nacional de Cultura Viva; 5% para despesas de operacionalização. **Editais de Fomento:** A proposta é fomentar ações, sem

REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

previsão de edital de premiação, já que o estado conta com 12 editais nessa categoria. A prioridade será a contemplação de menor número de projetos, com valores maiores, visando maior duração e transparência. **Linhas específicas de investimento: Museus e Bibliotecas Comunitárias:** R\$ 3.600.000,00 para 80 projetos, divididos entre modernização, programação continuada, inventário/digitalização de acervos e apoio a bibliotecas comunitárias. **Formação Cultural:** R\$ 5.760.000,00 para 320 propostas, com R\$ 18.000,00 cada. Serão contempladas 20 propostas por linguagem artística. **Multilinguagens:** R\$ 21.250.000,00 para 425 propostas, com R\$ 50.000,00 por projeto, contemplando 25 propostas por linguagem. **Internacionalização:** R\$ 2.000.000,00 para 60 projetos, nas categorias individual e coletiva, com foco em audiovisual e música, sugerindo a inclusão de moda, design, artesanato e patrimônio. **Aquisição de Bens e Serviços:** R\$ 4.500.000,00 para 150 projetos, priorizando regionalização e políticas afirmativas. **Festivais:** Serão contemplados 30 projetos, com faixas de valores de R\$ 70.000,00, R\$ 100.000,00 e R\$ 150.000,00. **Cultura Popular – Ações Continuadas:** R\$ 1.200.000,00 para 20 propostas, com R\$ 60.000,00 cada. Houve questionamentos sobre a baixa quantidade de contemplados diante da abrangência da cultura popular no estado. **Novas Estrelas:** R\$ 991.060,00 para 50 propostas, sem recorte de linguagens. **Na Periferia / Mapeamento:** Programa com mais de 100 contratações artísticas e dois meses de ativação territorial. **Rafael Farias** questionou se há impedimentos para que pessoas contempladas na PNAB de 2024 possam ser contempladas novamente, indagando sobre a existência de critérios nesse sentido. Mencionou que ainda não foi discutida a questão das políticas afirmativas, dos indutores e da reserva de vagas, e que considera esse um tema relevante, especialmente ao analisar o edital de multilinguagens, que inclui cultura periférica e cultura LGBTQIAPN+. Ressaltou que a presença desses recortes nos editais traz proteção e evita polêmicas no momento da contemplação. Sugeriu que o edital de internacionalização deveria incluir as áreas de moda e design, argumentando que são setores em evidência atualmente, assim como o artesanato, que tem grande aceitação internacional. Considerou baixo o número de 20 contemplados no edital de cultura popular, com o valor de R\$ 60.000 por proposta, afirmando que, diante da dimensão cultural de Pernambuco, esse número é insuficiente. Por fim, opinou que o valor destinado à operacionalização do edital é limitado, especialmente em relação à contratação, e destacou esses como seus principais apontamentos. Em resposta, **Yasmim Neves** ressaltou que não havia impedimento legal previsto, embora o jurídico não fosse suficientemente claro para impor restrições. Afirmou que seria possível criar critérios para limitar o número de contemplados, mas destacou a importância de diálogo interno, considerando a atuação contínua dos trabalhadores da cultura. Explicou que não poderia impedir inscrições e mencionou que o tema já havia sido





REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

discutido na Secult, incluindo a possibilidade de limitar participações com base em CPF e CNPJ. Reforçou a necessidade de embasamento jurídico e de avaliação coletiva para promover a pulverização dos recursos e alcançar novos públicos. A respeito das ações afirmativas, pontuou que as reservas de vagas seriam mantidas nos mesmos percentuais: 25% para pessoas negras, 10% para pessoas indígenas e 5% para pessoas com deficiência, conforme estabelece a instrução normativa MINC Nº10. Mencionou que os indutores também seriam alterados e seriam apresentados posteriormente. Destacou que o processo de heteroidentificação passaria a integrar o cronograma, com uma análise prévia para evitar acúmulo de denúncias. Referiu-se a experiências anteriores, como o recorte LGBTQ+, que não conseguiu atender plenamente o público, mesmo com projetos enquadráveis, e frisou que o conselho deveria atender esse pedido da secretaria, que acompanhava todos os diálogos realizados até então. Ressaltou a importância de alcançar jovens da periferia que não se reconheciam nas linguagens e segmentos previstos nos editais. Afirmou que não se pretendia excluir categorias do edital anterior, considerado um sucesso, mas sim dar continuidade a uma política já estabelecida. Explicou que áreas como moda e design não haviam sido demandadas anteriormente, mas agora seriam avaliadas por nota e ranqueamento, conforme os dados internos da Secult. Sobre o programa Na Perifa, destacou que se tratava de um início, com previsão de continuidade e financiamento do Estado, além de recursos de parcerias. Disse que o objetivo era atuar em todas as periferias do Estado, considerando os diversos recortes e demandas. Defendeu a contemplação de valores maiores e a complexidade de distribuir os recursos de forma a atender todas as áreas. Referindo-se ao edital da Cultura Popular, citou o exemplo de Mãe Beth, que, mesmo sem acesso direto ao recurso da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), desenvolvia atividades culturais contínuas e deveria ter oportunidade de dar seguimento a esse trabalho. Informou que, apesar do alinhamento com a política Cultura Viva, haveria também outro movimento: o das caravanas. Esse movimento visava orientar coletivos e espaços culturais sobre como se reconhecerem como pontos de cultura e acessarem recursos, especialmente aqueles sem documentação formal, em continuidade a iniciativas como a Bolsa de Brincadeiras Culturais. **Elinildo Marinho** saudou a todos e informou ser membro do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural. Comentou sobre o edital de internacionalização, relacionando-o à motivação geral da PNAB, e ressaltou ter sentido falta da inclusão da categoria de patrimônio cultural no referido edital. Observou que outras linguagens estavam contempladas e destacou que o patrimônio é uma área com grande número de eventos e ações, sendo, portanto, relevante sua inserção. Sugeriu que fosse considerada, com mais atenção, a ampliação das linguagens ou a inclusão de novas, especialmente do patrimônio, mencionando que, mesmo com ajustes e redistribuição de

REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

recursos entre linguagens, o número de propostas aumentou em relação ao ano anterior. Questionou a inclusão das bibliotecas comunitárias, embora tenha se declarado favorável à medida, reconhecendo que essa inserção contribuiu para o aumento de recursos e propostas aprovadas no novo edital. Destacou ainda a importância dos museus e pontos de memória e sugeriu que o patrimônio também estivesse presente nesses espaços. Reforçou a relevância de considerar essas áreas, citando sua formação em Ciência da Informação, que integra museologia, biblioteconomia e arquivologia. Finalizou reconhecendo a importância da criação do edital e da ampliação de recursos, desejando que o momento de escuta possibilitasse atender às demandas dos conselhos, se possível. Em resposta, **Yasmim Neves** destacou que não houve aumento no valor, mas sim na quantidade de pessoas contempladas, além de ter sido realizada a aglutinação de recursos para equipamentos. Explicou que as três faixas eram voltadas para a aquisição de bens e serviços. Sobre a internacionalização, Yasmim afirmou que defendia uma abordagem aberta e ressaltou a importância de ajudar nesse sentido. **Willyssys Wolfgang** cumprimentou a todos e solicitou esclarecimentos sobre a regionalização, questionando como ela funcionaria. Ressaltou que os Sertões ocupam cerca de 70% do território estadual, o que dificulta a logística e o intercâmbio entre regiões, mencionando que há cidades separadas por até seis horas de distância. Informou que já haviam solicitado à Secult, em gestões anteriores, medidas que atendessem essa realidade, a fim de promover uma descentralização efetiva. Lembrou que a diretriz de destinar 20% para cada macrorregião do interior e 40% para a capital Recife foi uma conquista da gestão anterior, sendo apenas mantida pela atual gestão, sem avanços nesse aspecto. Sobre o edital de bolsas, que agora tem foco em internacionalização, questionou se haverá prioridade para novos artistas, com o intuito de evitar o acúmulo de bolsas por parte dos mesmos nomes, o que, segundo ele, foi uma demanda recebida também pelo CEPC. Perguntou ainda se os resultados serão divulgados em listas, a fim de evitar confusões, e se os valores das aquisições serão fixos, uma vez que essa informação não ficou clara na explicação anterior. Por fim, afirmou que a resposta sobre o cálculo aplicado nos indutores não foi satisfatória. Questionou se será adotada uma pontuação, como ocorre em outros estados, valorizando a trajetória de profissionais atuantes há muitos anos, conforme solicitado pelo CEPC e reiterado nas escutas públicas. Em resposta, **Yasmim Neves** relatou que os indutores estão sendo trabalhados na plataforma do Mapa Cultural e serão apresentados ao conselho em momento oportuno, pois ainda estão em fase de construção dos editais. Informou que a equipe da Recortes apresentará posteriormente os resultados das políticas afirmativas da PNAB 2024, explicando as pontuações por meio de slides, o que será discutido em reunião específica sobre políticas afirmativas para esclarecer os critérios adotados. Com relação às listagens, afirmou que elas passarão a ser divulgadas

REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

separadamente por edital, conforme solicitado pelo conselho. Exemplificou que editais com recorte de linguagem, como artesanato e música, terão os resultados organizados por categoria. Explicou que a seleção será feita por pontuação, incluindo ranqueamento macro e específico, como no caso das aquisições. Destacou que todos os editais terão valores fixos, como R\$ 20.000, sem possibilidade de glosas ou diminuições como ocorria na LPG, sendo esse um critério fixo. Sobre a regionalização, esclareceu que será mantido o recorte de 40% para a capital e 20% para cada macrorregião do interior, com base nos dados de demanda analisados. Ressaltou que, atualmente, a Zona da Mata é a área com maior preocupação, por apresentar o menor número de selecionados em relação à quantidade de inscritos. Disse que, embora o Sertão concentre grande demanda, é necessário equilibrar os recursos, e que para atender uma região é preciso redirecionar de outra, o que foi motivo de discussões anteriores. Informou que a Secult está comprometida em atualizar e fortalecer a atuação na Zona da Mata, sem desmerecer a importância do Sertão. Esclareceu ainda que todos os editais, a partir de agora, serão exclusivamente na modalidade de fomento, não havendo mais distinções entre premiação, bolsa e fomento. Com isso, uma mesma pessoa só poderá ser contemplada uma vez, seja como CPF ou CNPJ, em apenas um edital, evitando acúmulo de contemplações por um mesmo proponente. **Wagner Egito** cumprimentou os presentes e se apresentou como membro do Conselho de Política Cultural. Dirigiu-se a Yasmim Neves para lembrar que, em reunião anterior, ela havia apresentado os dados estatísticos da PNAB 2024 e se comprometido a enviá-los ao conselho. Solicitou uma previsão para esse envio, argumentando que esses dados são essenciais para a formulação de propostas mais embasadas. Em seguida, pontuou algumas questões, destacando, em primeiro lugar, a problemática do nivelamento da quantidade de projetos contemplados por linguagem. Afirmou que isso cria uma distorção, pois existem linguagens com maior demanda de projetos e outras com menor, o que reflete realidades diferentes. Defendeu que esse nivelamento resulta em desequilíbrio. Criticou também a imposição de valores fixos nos editais, como R\$ 50.000 ou R\$ 20.000, sem a opção de valores “até”. Argumentou que os projetos possuem naturezas distintas e, portanto, têm orçamentos variados. Disse que fixar um único valor compromete a realidade dos proponentes, forçando-os a ajustar suas planilhas orçamentárias para se adequarem ao edital, o que considerou irreal. Ressaltou que isso impede que projetos com maior custo sejam submetidos, ao mesmo tempo em que obriga quem precisa de menos recurso a solicitar mais do que o necessário. Sobre a internacionalização, afirmou que todas as linguagens têm potencial para esse tipo de circulação, mas questionou qual seria o objetivo da iniciativa. Defendeu que, se a proposta é levar a cultura pernambucana ao exterior, é necessário considerar quais linguagens a representam. Destacou a ausência da cultura



REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

popular nesse contexto, classificando-a como uma referência mundial da cultura pernambucana. Criticou ainda o fato de linguagens como música e audiovisual, com custos mais altos e maior sustentabilidade comercial, receberem maior atenção, enquanto a cultura popular e o patrimônio, que são menos sustentáveis economicamente, são negligenciados. Considerou isso uma injustiça e um desequilíbrio na política cultural. **Yasmim Neves** explicou que a apresentação sobre política afirmativa será feita em outro momento, conforme já havia sido combinado, e incluirá o recorte da Instrução Normativa MINC nº 10, que define as porcentagens para reserva de vagas em qualquer edital. Esclareceu que essa reserva é obrigatória em todos os editais, independentemente do valor global, sendo necessário garantir, por exemplo, uma pessoa negra ou com deficiência a cada cinco contemplados. Destacou que há diferença entre reserva de vagas e indução, ambas previstas na portaria e no marco regulatório, mas que, embora se complementem, são conceitos distintos, frequentemente confundidos. Informou que será apresentado ao conselho um estudo sobre o perfil das pessoas que de fato estão acessando os recursos públicos da cultura em Pernambuco. Questionou se todas as mulheres pretas inscritas estão sendo contempladas e afirmou que não, reconhecendo que o racismo está presente em todas as esferas e que é necessário oportunizar acesso de forma estruturada, com base em estudos e dados. Ressaltou que a Secretaria conta com uma coordenação de políticas afirmativas e uma comissão de heteroidentificação, presidida por Natália, para garantir organização e transparência nos processos de inclusão. Apontou um aumento nos percentuais de pessoas negras contempladas, passando de 3,6% na LPG para 15% na PNAB, e afirmou estar comprometida em fazer a diferença no estado de Pernambuco, proporcionando oportunidades reais para quem atua cotidianamente na cultura. Reforçou que a discussão sobre políticas afirmativas será feita em reunião específica sobre reserva de vagas, indutores e regionalização, pois está sendo construída com base em estudos. Destacou que o recurso público tem cor e que é preciso mostrar essa realidade, mesmo com os avanços nos editais, ainda distantes do ideal. Em resposta a Wagner Egito, afirmou que os dados apresentados anteriormente sobre a PNAB já estão desatualizados, e que será disponibilizado um novo dashboard com informações atualizadas, como já ocorreu com os dados da LPG. Disse que o link será enviado ao conselho e que os dados foram atualizados após mudanças como convocações de suplentes. Sobre os valores fixos nos editais, Yasmim argumentou que é inviável trabalhar com valores “até”, pois isso dificulta o equilíbrio financeiro e a prestação de contas junto ao Ministério da Cultura. Explicou que, ao categorizar e subcategorizar os contemplados, é necessário manter uniformidade de valores, e que os proponentes devem elaborar seus projetos considerando o valor fixo disponível. Orientou que, em casos de valores maiores, os proponentes também busquem



7

REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

os editais municipais da PNAB, que oferecem outros formatos e faixas de recurso. Quanto à definição dos valores por linguagem, destacou que seria complexo e injusto estipular valores diferentes, como R\$ 100 mil para audiovisual e R\$ 10 mil para cultura popular, sem critérios objetivos. Disse que os editais foram desenhados com valores padronizados para garantir igualdade de oportunidade entre os segmentos, com base nas escutas realizadas. Mencionou que essa estratégia será avaliada futuramente, a partir dos resultados da PNAB de 2025. Sobre o edital de internacionalização, afirmou que ele não terá recorte por linguagem e será amplo, abarcando todos os segmentos. Contudo, destacou que o edital exigirá comprovação de vínculo com ações e contatos internacionais já estabelecidos, não sendo um edital aberto para circulação genérica. Explicou que a proposta é complementar o Funcultura, apoiando grupos que já estejam em processo de internacionalização. Disse que o edital está sendo construído em diálogo com a Secretaria de Relações Internacionais e que pretende criar conexões efetivas com o exterior, promovendo a cultura pernambucana como marca do estado. Finalizou dando como exemplo iniciativas já articuladas com a sociedade civil, como o envio de representantes do audiovisual a eventos internacionais, desde que haja comprovação de vínculo e contrapartida. **Cadu Sales** afirmou que gostaria de reforçar a importância da inclusão do design, da moda, do artesanato e da cultura popular nos editais de internacionalização. Ressaltou que o estado possui o segundo maior polo têxtil de Brasil e a maior feira de artesanato da América Latina, além de diversos fazedores com técnicas variadas, como a renda renascença de Poção, o bordado de Passira, o crochê de Macaparana, a tapeçaria de Lagoa do Carro, a tercelagem, o macramê e o fuxico. Defendeu que há grande potencial para internacionalização nessas áreas e que os editais não devem se restringir a linguagens como audiovisual, música, teatro e dança, mas abranger todas. Sugeriu que o ideal seria a aprovação de pelo menos um projeto por linguagem, valorizando a diversidade cultural do estado e reconhecendo o mérito internacional de cada uma. **Yasmim Neves** afirmou que gostaria de comentar, ainda que de forma redundante, sobre o processo de heteroidentificação. Esclareceu que esse procedimento não foi criado pela Secult, mas é uma prática adotada nacionalmente em qualquer instância que envolva reserva de vagas para pessoas negras, não se restringindo à área da cultura. Reconheceu que o processo pode ser considerado violento, mas destacou que isso evidencia como o racismo afeta as pessoas diariamente. Ressaltou que, atualmente, essa é a forma que os órgãos e estudiosos da política pública para igualdade racial entendem como a menos danosa e mais efetiva. Finalizou afirmando que era importante deixar esse ponto claro e que o tema precisa ser discutido. **Nivaldo Jorge** ressaltou a importância da inclusão do artesanato nos editais de internacionalização, destacando que Pernambuco participa de feiras internacionais na França, Itália e Argentina. Relatou que os

REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

artesanos muitas vezes são convidados, mas não têm condições financeiras de participar, apesar de representarem o estado. Citou o caso de Ana Holanda, que faleceu durante uma dessas feiras, e mencionou o exemplo de artesãs de Tracunhaém com peças expostas internacionalmente. Concluiu reforçando a relevância do artesanato nesse processo. **Maurício Corrêa** cumprimentou a todos e todas, informou que atua na ABD-PE e no Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco, e questionou sobre a escolha dos pareceristas no processo e se está prevista alguma cota ou recorte para pessoas com mais de 60 anos, destacando a importância desse ponto para quem faz audiovisual. Em resposta, **Yasmim Neves** esclareceu que não existem reservas de cota, mas sim uma pontuação extra para maiores de 60 anos. Informou que foi lançado um novo edital para seleção de pareceristas, repetindo o processo realizado anteriormente pela Secult, que incluiu sorteio, instrução processual, contrato e formação com os pareceristas. Sugeriu que esse processo seja apresentado na próxima reunião, com o manual e as orientações dadas, para que a sociedade civil compreenda como foi conduzido. Acrescentou que, como já discutido anteriormente, haverá um parecerista por projeto e outro para análise de recurso. **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) afirmou que sua fala seria inicialmente sobre Cultura Viva e os Patrimônios Vivos, mas destacou a importância da comunicação como um grande gargalo no país. Ressaltou a necessidade de uma comunicação voltada especificamente para a Cultura e mencionou o estudo realizado pelo Marco Zero Conteúdo, que mapeou a comunicação popular em todo o país, especialmente no Nordeste. Como comunicadora popular, defendeu o fomento às rádios comunitárias, lembrando que, desde 2016, houve grande perda dessas rádios no país. Colocou-se à disposição de Yasmim para contribuir com dados e imagens que possam subsidiar políticas públicas e defendeu a abertura de diálogo para fomentar as culturas populares ligadas à comunicação cultural, enfatizando que democratizar a comunicação deve ser uma prioridade. **Willyssys Wolfgang** ponderou que é preciso cautela ao se falar em demanda, pois entende que o papel do Estado é fomentar demanda, e não apenas atender onde já existe. Comparou essa atuação com a de instituições financeiras privadas e afirmou que o Estado deve ir onde a demanda precisa ser construída. Falando em nome dos Sertões, apontou a dificuldade de intercâmbio entre cidades distantes e criticou a concentração de recursos nas capitais, embora tenha reconhecido que estas também devem ser contempladas. Considerou acertada a decisão da Secult de criar valores fixos e retirar as expressões “aproximadamente” e “até” dos editais, pois tais termos geravam injustiças e insegurança jurídica. Como produtor audiovisual, questionou a Secult sobre como pretende atender os profissionais da área, uma vez que os tetos atuais de R\$ 50 mil nos editais são insuficientes, especialmente para produções como curtas-metragens, que partem de orçamentos de R\$ 100 mil. Criticou o fato de que, na



REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

época da LPG, outras linguagens acessaram valores elevados, enquanto agora o audiovisual tem seu teto reduzido. Finalizou ressaltando que a PNAB deve ser pensada como uma política estruturante, voltada à sustentabilidade, e não apenas como uma distribuição assistencialista de recursos. **Wagner Egito** registrou que lembrou-se de comentar sobre a importância da comunicação. Destacou que já existe muita produção e criação, mas que falta distribuição, função que iniciativas como a Coligação vêm cumprindo ao desenvolver projetos de distribuição, selos e editoras. Sugeriu que se pense mais nessa dimensão de comunicação e distribuição para escoar a produção existente. Aproveitou para se dirigir a Filipe, representante da Secult, mencionando a estrutura das reuniões, que considerou constrangedora. Relatou que essa não foi a primeira vez que se manifestou sobre o assunto e lembrou que, anteriormente, reuniões de política foram realizadas provisoriamente no IPHAN, e as de preservação, na Academia de Letras. Afirmou ser importante que as reuniões ocorram na Casa dos Conselhos, mas ressaltou a necessidade de haver uma estrutura mínima, criticando a atual como amadora e inadequada para encontros oficiais de três conselhos. **Yasmim Neves** afirmou, em devolutiva ao setor do audiovisual, que considera importante o envio de sugestões por parte do segmento. Explicou que o valor de R\$ 50.000,00 foi definido com a intenção de garantir um mínimo que possibilite a execução ou complementação de ações audiovisuais. Ressaltou que, além dessa linha, existem outros mecanismos de fomento ao audiovisual, como o Funcultura e os editais dos Novos Arranjos, que também contribuirão com o setor. Acrescentou que o Conselho do Audiovisual deve avaliar a proposta apresentada e, dentro do prazo de uma semana, enviar contribuições para que se possa buscar um equilíbrio e atender às diferentes necessidades. Informou que Maria, coordenadora do audiovisual, convocará o segmento para essa conversa e reforçou a importância da devolutiva. Em seguida, anunciou que passaria a palavra para Edvaldo Júnior, com o objetivo de tratar dos Pontos de Cultura. Destacou a importância de trazer um recorte para o ano de 2025 e validar com os presentes o edital de premiação referente ao saldo remanescente do Ciclo 1. **Edvaldo Júnior** explicou que, ouvindo as demandas dos três conselhos e com base nas sugestões recebidas, foi estruturada a PNAB 2025 com três editais: um de premiação voltado para pontos e pontões de cultura, com valor total de R\$ 1.120.000, contemplando 40 coletivos ou grupos, com ou sem CNPJ; um edital de fomento a pontos de cultura, exclusivo para entidades com CNPJ, com 40 propostas contempladas no valor de R\$ 110.000 cada; e um edital de fomento a pontões de cultura, com piso mínimo de R\$ 300.000, sendo trabalhada uma proposta para quatro novos pontões, considerando as quatro macrorregiões de Pernambuco. Informou que o Ministério da Cultura, por meio da Portaria nº 206, determinou que no mínimo 50% dos recursos sejam destinados ao fomento, e que pelo menos 15% sejam para pontões. Também






REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

autorizou até 10% para organização do Encontro Estadual (Teia) e do Fórum de Pontos de Cultura, que ocorrerão ainda neste ano. Ele acrescentou que o teto orçamentário de R\$ 745.000 foi ajustado para garantir o arredondamento do valor das premiações. **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) destacou que os pontões de cultura precisam estar alinhados com os eixos do Programa Cultura Viva e possuir capilaridade de rede. Defendeu que apenas entidades com trajetória e atuação comprovada, em áreas como educação, saúde e cidadania cultural, devem ser reconhecidas como pontões. Reforçou que não se trata de qualquer fomento, mas de um reconhecimento com base em histórico, rede e alinhamento com os princípios do programa. Em resposta, **Edvaldo Júnior** agradeceu as colocações e afirmou que o estado de Pernambuco se preocupou em garantir o cumprimento desses princípios, inclusive com a participação de representantes do Ministério da Cultura nas comissões de seleção. Ressaltou que todos os editais da PNAB, estaduais ou municipais, foram certificadores, o que descentralizou o processo de reconhecimento de pontos de cultura. Comentou que há casos em que a certificação foi concedida a entidades sem atuação coerente com os princípios do programa, o que exigirá do estado um esforço de vigilância nos critérios de certificação. Por fim, afirmou que a pontuação servirá como instrumento para filtrar essas distorções e que será necessário mobilizar e conscientizar os coletivos sobre a importância de se reconhecerem como pontos de cultura legítimos. Edvaldo, dando continuidade à apresentação, explicou que a premiação da PNAB 2024, proveniente do saldo remanescente do ciclo 1, totalizou R\$ 1.050.000,00, destinados a 35 propostas contempladas com R\$ 30.000,00 cada. Destacou que os critérios para pontões incluíram capilaridade de rede e alinhamento com os eixos do Programa Cultura Viva. Informou que o edital acolheu uma contribuição do Conselho de Preservação, que propôs o reconhecimento mais amplo do patrimônio vivo. Segundo ele, embora a proposta original fosse importante, sua aplicação de forma restrita poderia direcionar os recursos a instituições específicas, o que seria vedado. Por isso, optou-se por ampliar o alcance, permitindo a participação de entidades culturais, coletivos e mestres reconhecidos como patrimônio vivo, bem como daqueles vinculados a essas figuras. Explicou que a premiação foi dividida em três categorias. A primeira destinou-se a coletivos informais (sem CNPJ) e entidades culturais (com CNPJ) reconhecidos como patrimônio vivo ou liderados por mestres reconhecidos pelo Governo de Pernambuco. A segunda categoria contemplou bandas musicais mantidas por coletivos informais e entidades culturais, atendendo a uma demanda histórica do segmento. A terceira categoria foi voltada a coletivos e entidades com atuação em culturas populares e tradicionais, especialmente as indígenas, quilombolas e ciganas, atendendo à exigência do Ministério da Cultura de que no mínimo 30% das propostas selecionadas tenham esse perfil. Concluiu que, com essas categorias, o edital



REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

buscou ser assertivo na contemplação das demandas da sociedade civil, respeitando os critérios legais e a política pública do Cultura Viva. Edvaldo foi questionado se os pontos e pontões de cultura aprovados no edital anterior poderiam concorrer no novo edital. Em resposta, esclareceu que os pontos e pontões selecionados nos editais de fomento do Estado não poderiam participar do edital de premiação, conforme regramento do Ministério da Cultura, que exige um interstício de tempo entre as participações. Explicou que, caso a ordem fosse inversa — ou seja, se o participante tivesse sido contemplado primeiro por edital de premiação e depois concorresse a um de fomento — não haveria impedimento. Acrescentou ainda que, aqueles que foram premiados em editais municipais também precisam cumprir o interstício de 12 meses para poder participar deste novo edital. **Willyssys Wolfgang** solicitou que Edvaldo esclarecesse a questão da quantidade de Pontões de Cultura. Mencionou a fala de Alzir Brasileiro, diretora de um Pontão em Petrolina, e destacou a importância do trabalho cultural realizado na região. Ressaltou que, nos Sertões, há outros Pontões que também desenvolvem ações relevantes, e questionou a presença de apenas quatro Pontões na lista apresentada para todo o estado. Reforçou a necessidade de considerar a dimensão territorial da região, mencionando que há cidades separadas por até 419 km, o que demanda atenção à logística e ao intercâmbio cultural. Apontou a importância da descentralização e da distribuição regional nos editais, citando iniciativas como o Cabras de Lampião e a ONG Cores. Por fim, destacou que, embora a nova proposta contemple a premiação, o edital anterior falhou nesse ponto, o que causou insatisfação. Afirmou que, apesar de não ocupar a cadeira de Pontões, trouxe a fala como conselheiro do Sertão. **Edvaldo Júnior** esclareceu que a ausência de premiação no edital anterior não foi um esquecimento da Secretaria, mas uma estratégia adotada diante da realidade dos municípios, que não poderiam oferecer premiações por falta de recursos. Explicou que, do ponto de vista técnico, não seria possível haver sobreposição de editais de fomento entre estado e município. A Secretaria orientou os municípios a elaborarem editais de premiação, enquanto o estado, com recursos significativamente maiores, priorizou o fomento, viabilizando projetos com valores entre R\$ 96 mil e R\$ 100 mil, o que os municípios não teriam capacidade de fazer. Argumentou que muitos municípios lançaram editais com valores baixos, como R\$ 1.500 ou R\$ 2.000, para projetos de 12 meses, o que comprometeria sua execução. Edvaldo informou que, após o primeiro ciclo, reconheceu-se a necessidade de um edital de premiação estadual e, acolhendo a demanda da sociedade, a Secretaria está lançando um edital oportunamente. Sobre a distribuição regional dos Pontões, afirmou que o novo edital contemplará um Pontão para cada macrorregião, respeitando os valores e percentuais estabelecidos pelo Ministério da Cultura. Explicou que, com os recursos disponíveis, foi possível contemplar apenas quatro novos Pontões.

REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025

para não comprometer os investimentos nos pontos de cultura, que são a base da atuação cultural nos territórios. Ressaltou que haverá, ao todo, dez Pontões atuando em momentos distintos, garantindo continuidade e fortalecimento da rede. Acrescentou que a Secretaria está iniciando articulações com as secretarias municipais de Cultura, especialmente aquelas que receberão recursos, com o objetivo de alinhar esforços e potencializar a política Cultura Viva, evitando sobreposição e otimizando a aplicação dos recursos estaduais e municipais. **Cleonice Maria** afirmou que compreendia que o valor destinado à premiação dos pontos de cultura e a quantidade de propostas contempladas se referiam ao recurso remanescente do edital anterior. Ressaltou que havia sido acordado que esse recurso seria utilizado em um edital específico de premiação voltado aos pontos de cultura que não tiveram acesso ao primeiro edital da Lei Aldir Blanc. Acrescentou que havia entendimento sobre a divisão por categorias, mas observou que, no atual formato apresentado, não se via menção aos coletivos do programa Cultura Viva, mas apenas aos pontos de cultura. Manifestou preocupação com o foco da política, destacando que esse não era um recurso aleatório, e sim destinado às diretrizes do programa Cultura Viva. Segundo ela, a proposta parecia ter se desviado do que fora combinado inicialmente, questionando por que o edital não estava sendo direcionado exclusivamente aos pontos de cultura que não acessaram os recursos do primeiro ciclo, considerando as dificuldades enfrentadas por muitos coletivos. Por fim, disse não saber se a questão já havia sido explicada, pois havia ingressado na reunião naquele momento. Em resposta, **Edvaldo Júnior** esclareceu que o edital de premiação era exatamente voltado a grupos, coletivos e entidades culturais, certificadas ou não como pontos de cultura, ou seja, abrangia todo o programa Cultura Viva. Explicou que, por força de normativa do Ministério da Cultura, não era possível limitar a participação apenas a entidades já certificadas como pontos de cultura. Ressaltou que a única vedação imposta pelo Ministério era em relação à participação de quem já havia sido contemplado nos últimos 12 meses com recursos de fomento. Assim, afirmou que o edital atendia plenamente à demanda apresentada pelo conselho e pelas entidades, já que permitia o acesso de grupos que não haviam sido beneficiados anteriormente. **Cleonice Maria** afirmou que, devido ao tempo limitado, não seria possível aprofundar o debate naquele momento, mas declarou que discordava da proposta apresentada. Observou que o edital incluía premiação para bandas musicais e para o patrimônio vivo, o que, segundo ela, não se encaixava na proposta original. Considerou que havia uma distorção em relação ao que havia sido discutido anteriormente e destacou que alguns dos pontos contemplados já haviam recebido recursos. Informou que elaboraria um texto por escrito com as questões relativas ao programa Cultura Viva, conforme a compreensão de como o edital deveria ser estruturado, e encaminharia como contribuição para um debate futuro, pois o

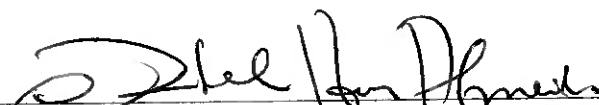


Y

**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025**

reconhecimento atual não contemplava adequadamente o programa. Em seguida, **Rafael Farias** propôs que todos trouxessem todos os pontos com os quais não concordava para que o grupo os encaminhasse à Secretaria de Cultura na quinta-feira seguinte. Informou que solicitaria a Yasmim que disponibilizasse os documentos lidos para análise e destacou que as contribuições seriam discutidas em uma próxima reunião virtual extraordinária. Acrescentou que, nessa mesma reunião, também seriam tratados os temas dos equipamentos culturais, que não puderam ser abordados naquela data devido ao avançado da hora. Sugeriu que a reunião do dia 24 fosse realizada com os três conselhos — o Conselho Consultivo do Audiovisual, o Conselho de Patrimônio e o Conselho de Política Cultural — para consolidar as decisões. Ressaltou que essa reunião não seria definitiva, pois ainda haveria uma sistematização pela Secult antes do envio final. Por fim, agradeceu a participação de todos, reconheceu a duração excepcional da reunião e encerrou os trabalhos, convocando o grupo para a próxima quinta-feira. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a reunião. Eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, lavrei a presente ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (**Secretária**)



Rafael Farias Almeida (**Presidente - CEPC**)

Augusto Ferrer de Castro Melo

Nivaldo Jorge Machado


**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025**

Fernando Pereira

Arthur Bruno de Medeiros Teti

Carlos Eduardo Sales de Melo

Ana Paula Santana


Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos

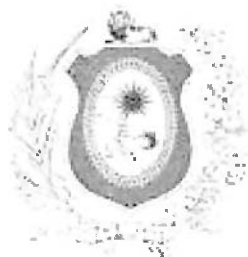
Adailton José da Silva

Roberto Gercino

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

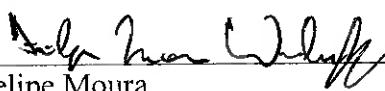
CEPC
PERNAMBUCO
CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL

Secretaria
de Cultura



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025**


Felipe Moura

Josenildo Sinésio

Rennan Mendes dos Santos

Francisco Sidney Rocha de Oliveira

Lana Monteiro

Karla Regina de Monte Oliveira

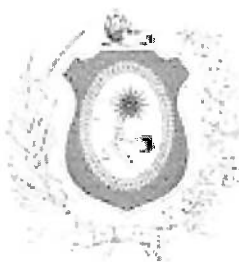
Cláudio Brandão de Oliveira

Elinildo Marinho de Lima

Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho



Secretaria
de Cultura



GOVERNO DO
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025**

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira

Ana Paula Nebl Jardim

Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza

Edmilson Cordeiro dos Santos

Henrique Luiz de Lucena Moura

Mickael de Azevedo Barbosa

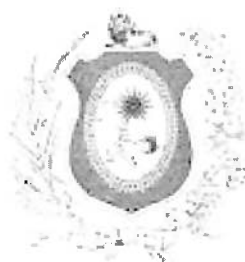
Maria Samara de Almeida

Clarice Andrade

Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano



Secretaria
de Cultura



GOVERNO DO
**PER
NAM
BU
CO**
ESTADO DE MUDANÇA

**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 17/07/2025**

Cynthia Falcão

Maurício Corrêa da Silva

André Pina

Paulo Ricardo

Alexandre Soares